

Educação Profissional e Tecnológica (EPT) Agrícola na Bahia, Brasil: alguns apontamentos históricos

Professional and Technological Agricultural Education (EPT) in Bahia, Brazil: some historical considerations

Recebido: 05/05/2022 | **Revisado:** 20/08/2024 | **Aceito:** 20/08/2024 | **Publicado:** 14/11/2024

Sandra Regina Rodrigues Schleier de Sousa
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6598-8089>
Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun, Brasil
E-mail: sandraschleier5@gmail.com

Adolfo Ramos Lamar
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1164-1172>
Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau-SC, Brasil
E-mail: ajemabra@yahoo.com.br

Como citar: SOUSA, S. R. R. S.; LAMAR, A. R. Educação Profissional e Tecnológica (EPT) Agrícola na Bahia, Brasil: alguns apontamentos históricos. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 3, n. 24, p.1-23 e13946, nov. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo objetivou descrever e analisar a história da Educação Profissional e Tecnológica Agrícola do Brasil e da Bahia até a implantação do Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun, Ilhéus, Bahia, ponderando algumas similaridades. Este estudo é de abordagem qualitativa e foram utilizadas, para geração de dados, a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados permitiram fazer a leitura de algumas semelhanças na história da Educação Profissional e Tecnológica Agrícola no Brasil e na Bahia, a partir de uma perspectiva sócio-político-econômica, além de analisar a evolução dos Centros Federais de Educação Tecnológica e Institutos Federais baianos até as particularidades da história do Centro Estadual de Educação Profissional de Ilhéus, Bahia.

Palavras-chave: História; Educação Profissional e Tecnológica Agrícola; Bahia; Brasil.

Resúmen

Este artículo tuvo como objetivo describir y analizar la historia de la Educación Profesional y Tecnológica Agrícola de Brasil y de Bahía hasta la implementación del Centro Estatal de Educación Profesional del Chocolate Nelson Schaun, Ilhéus, Bahía-BA, considerando algunas similitudes. Este estudio es de enfoque cualitativo y se utilizaron, para la generación de datos, la investigación bibliográfica y documental. Los resultados permitieron identificar algunas semejanzas en la historia de la Educación Profesional y Tecnológica Agrícola en Brasil y Bahía desde una perspectiva socio-político-económica, además de analizar la evolución de los Centros Federales de Educación Tecnológica y los Institutos Federales de Bahía hasta las particularidades de la historia del Centro Estatal de Educación Profesional de Ilhéus, Bahía-BA.

Palabras clave: Historia; Educación Profesional y Tecnológica Agrícola; Bahía; Brasil.

Abstract

This article aimed to describe and analyze the history of Professional and Technological Agricultural Education in Brazil and Bahia up to the establishment of the Nelson Schaun State Center for Professional Education of Chocolate in Ilhéus, Bahia, while considering some similarities. This study employs a qualitative approach, utilizing bibliographic and documentary research for data generation. The results allowed for the identification of

some similarities in the history of Professional and Technological Agricultural Education in Brazil and Bahia from a socio-political-economic perspective, as well as an analysis of the evolution of the Federal Centers for Technological Education and Federal Institutes in Bahia, leading up to the particularities of the history of the State Center for Professional Education in Ilhéus, Bahia.

Keywords: History; Professional and Technological Agricultural Education; Bahia; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Os primórdios da história informal da Educação Profissional no Brasil e na Bahia mantêm estreita ligação com os padres jesuítas e franciscanos, além da tendência à caridade. Por mais que não tenha sido com uma estrutura de rede escolar, para aquelas necessidades pertinentes à época, bem serviram. A descrição desta informalidade aparece em Cunha (2000 *apud* Manfredi, 2017, p. 32), ao afirmar que “a aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravos quanto para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas para os aprendizes”.

A expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, fato mencionado por Piletti (2002), marca a entrada do Estado no cenário educacional, ofertando um ensino público e laico (Moreira, 1960). Um impulso significativo veio em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil. Sem embargo das recentes exigências da colônia, que careceu de adaptações administrativas, econômicas e sociais, o ensino profissional continuou sem a devida atenção. O descaso prosseguiu, pois, também, “durante o período imperial quase nada se fez em relação ao ensino técnico-profissional (Piletti, 2002, p. 43)”.

Após um longo período, no governo de Getúlio Vargas, Romanelli (1991) discorre sobre um período promissor para o ensino profissional. A bem da verdade, houve uma evolução até o ensino superior. No entanto, a primeira Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) só estreou em 1961, durante o governo de João Goulart, com tímidos avanços para a educação profissional, a despeito de ter sido “uma gestação lassa e penosa (Carneiro, 2003, p. 24)”. Em 1985, ocorre a redemocratização e pedidos veementes por uma nova constituição.

Já na Bahia, o ensino profissional informal iniciou no século XVII. Do mesmo modo, só experienciou o interesse do Estado pela organização do aparelho escolar estatal com a chegada da família real ao Brasil, sendo que, no referido período, foi inaugurado o curso de Agricultura, com a implantação do Instituto Imperial Baiano (Brasil, 1859). Para abreviar a história, é oportuno dizer que, enquanto o Brasil ia se transformando, a escola profissional baiana se modificava com diversas adaptações: de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) a Institutos Federais (IFs), até os atuais Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP).

A seguir, é apresentado o percurso metodológico que orientou a presente investigação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo de caso é de abordagem qualitativa e faz parte do centro das discussões no grupo de pesquisa Educogitans, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (PPGE-FURB). Sobre a abordagem qualitativa, é importante reconhecer que, embora rica em insights, ela apresenta desafios inerentes. Um desses desafios está na metodologia de estudo de caso, que pode se tornar ainda mais complexa quando se busca desenvolver uma pesquisa de referência. Autores que escrevem sobre o assunto reconhecem a existência de questões que permanecem sem respostas, de modo que inclusive sua definição é imprecisa, limitando-se a exemplos e descrições de algumas características (Yin, 2001). Apesar das tipicidades desta metodologia qualitativa (e quantitativa), o estudo de caso cultiva a tendência de caracterizar-se como uma metodologia bastante útil, por trazer dados retirados do contexto do evento sem a necessidade de isolar o fato. É a percepção de uma realidade confluindo todas as suas influências. Tal característica parece torná-lo plenamente qualitativo, e as palavras de Lüdke e André (2020, p. 20) também parecem confirmar isso, visto que, segundo os autores, “o estudo qualitativo como já foi visto, é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Ainda que muitos autores acreditem ser ele tão somente qualitativo, Lüdke e André (2020) observam que tanto pode ser qualitativo quanto quantitativo.

Para melhor entendimento, o estudo de caso “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 32). O presente estudo abordou e analisou o caso do processo histórico do Colégio Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaub e seu recém implantado Curso Técnico em Agroindústria, bem como a inauguração de uma fábrica de chocolate que funciona no espaço interno deste centro de ensino, dando suporte ao ensino e à aprendizagem da agroindústria.

O referido centro educacional constituiu-se num recorte microssocial do real fundamento para este estudo de caso, cuja investigação executou, para a geração de dados, os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, possibilitou conhecimentos concatenados em livros, revistas, periódicos, dissertações, teses e artigos científicos, enquanto a pesquisa documental foi realizada por meio de leis, decretos, portarias, documentos, Projeto Político Pedagógico, planos de ensino, ementas e matrizes dos cursos oriundos dos arquivos públicos do próprio colégio e de arquivos de instituições públicas, por meio da internet, os quais forneceram dados acerca da fundação e constituição deste centro de ensino. Os principais teóricos estudados foram Amílcar Baiardi e Sílvia Maria Manfredi.

É conveniente informar que a investigação foi elaborada durante pandemia da COVID-19 e, por isso, houve uma forte tendência à pesquisa bibliográfica, com riqueza de consultas a textos de distintos autores legitimados na área em que a pesquisa se concentra em detrimento da elaboração de pesquisas de campo. O forçado confinamento das pessoas impossibilitou o trânsito livre e frequente da pesquisadora, o que contribuiu para a decisão de uma pesquisa de cunho bibliográfico.

3 PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA NO BRASIL

No Brasil colônia, os religiosos, e não o Estado, providenciavam a formação da mão de obra necessária para a época. Os Jesuítas tinham serviços para ofertar, porém, não havia mão de obra. Por esta causa, criaram oficinas de ensino para homens livres, mestiços, negros, índios e escravos, com preferência pelas crianças e adolescentes, conforme indicado por Piletti (2002). Acede-se, então, que o ensino profissional encetou desta maneira no Brasil.

Anuviaram-se os tempos para os Jesuítas, com a chegada do marquês de Pombal, e, assim, a presença dos franciscanos ganhou protagonismo, como se confere nas afirmações de Sangenis (2019, p. 95), ao afirmar que, “posteriormente, a Companhia de Jesus obteve o monopólio do ensino secundário e os franciscanos continuaram a lecionar as primeiras letras em todas as ilhas e também habilitar candidatos para o estado eclesiástico”. O Marquês, do mesmo modo, implementou medidas que atavam mais firmemente o compromisso do Estado com o ensino, tornando-o público e laico.

A transferência da Corte Lusitana para o Brasil, em 1808, requereu mudanças administrativas, sociais e econômicas. A abertura dos portos para as relações exteriores e a criação da Biblioteca Nacional, Banco do Brasil, bem como a instalação de atividades e empreendimentos industriais estatais e privados (Avellar, 1968; Silva, 1992) praticamente impeliram o Brasil à preparação de mão de obra. Até então, não havia uma organização curricular do ensino profissional, apenas a transmissão dos conhecimentos pela prática e incentivada por plurais necessidades.

Somente por intermédio do Príncipe Regente teve início a constituição do aparelho escolar estatal. Mesmo com o advento da primeira Carta Magna, em 1824, não houve grande esforço em defender a escola brasileira, que limitava-se a citar quais saberes deveriam ser lecionados. O interesse do Império apontava para as universidades e o que vinha abaixo, estudos primário e secundário, tinha características propedêuticas, cuja finalidade era preparar para as Universidades (Brasil, 1824). Seguiu-se o ensino secundário, com essa forte tendência, contudo, o governo imperial buscou desenvolver um outro tipo de ensino, voltado para a formação de mão de obra, destinado às fábricas, aos arsenais e aos artífices para oficinas (Santos, 2000).

Altaneira República, trouxe promessas de progresso, e o período classificado como Primeira República (1889-1930) vivenciou a recente extinção da escravatura, a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos e a guinada do café, nova base da agroindústria (Silva, 1991). Neste ínterim, o Estado atentou-se para a instrução básica e profissional popular, com a velada intenção de conter os avanços das ideias revolucionárias entre a população. A antiga estrutura escolar já não atendia às demandas e, portanto, finalmente, o Estado criou redes de escolas (Piletti, 2002).

A Constituição de 1891 descentralizou a educação (Brasil, 1891), ficando responsável apenas pelo Rio de Janeiro, e incumbiu aos Estados a decisão sobre suas próprias demandas educacionais. Contudo, nada instrui acerca do ensino profissionalizante e, a passos lentos, ocorreu a formação da educação profissional sob os moldes liberais e positivistas (Ribeiro, 1995).

Somente em 1909, o presidente vigente, Nilo Peçanha, mediante o Decreto 7.566, de 23 de setembro, centralizou em um único sistema as Escolas de Aprendizes Artífices, tendo as mesmas currículos e metodologias próprias (Brasil, 1909). Essas escolas, posto que dessem problemas, foram “adquirindo os contornos necessários até constituir a rede de Escolas Técnicas do país (Santos, 2000, p. 214)”. Apenas em 1942, com o Decreto Lei 4.073, de 30 de janeiro, extingue-se esse modelo e o governo passa a dar maior atenção ao ensino de cunho industrial, grafado no artigo primeiro, o qual instrui que:

Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca (Brasil, 1942, p. 1).

Porém, a crise de 1929 afetaria profundamente a economia e política brasileira. É nesse período que se estabelece a era Vargas, momento em que foram criadas algumas companhias, fábricas e hidrelétricas, acompanhadas por avanços trabalhistas. Aconteceu, entretanto, em 1931, a primeira reforma no sistema educacional brasileiro, cujo nome lembrava o seu mentor, reforma Francisco Campo, o qual também foi um dos responsáveis pela redação da constituição de 1937. Acerca disso, Ribeiro (1995, p. 108) expressa que “o decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, altera [...], seguidos de cursos técnicos (de um a três anos) em cinco modalidades e o curso superior (três anos) de administração e finanças”. Destarte, a reforma deixou, aos brasileiros, apenas duas opções: ou faziam o ensino secundário, podendo galgar uma vaga nos cursos superiores, mediante exame vestibular; ou seguiriam o ensino profissional. O ensino profissional, versado em outros momentos, não era articulado com o ensino secundário e, portanto, não serviria de base para ingressar no ensino superior, sendo esse, por ocultada segregação, reservado aos pobres. Tal assertiva fica nas entrelinhas do artigo 81, do Decreto Lei 19.890, de 18 de abril de 1931 (Brasil, 1931).

Quanto aos sindicatos, padeceram a repressão e o silêncio. Nesse contexto, surge o chamado “Sistema S”¹, primeiro o SENAI (1942) e, posteriormente, o SENAC (1943), com nítida intenção de atender às necessidades dos setores empresariais e ligados as entidades privadas². Desta forma, atuando por meio dos Decretos Lei, o governo getulista estruturou o ensino profissional, concedendo certa abertura de ingresso ao ensino superior, embora com restrições. Os três decretos, datados de 1942, 1943 e 1946, permitiam o acesso ao ensino superior, desde que fosse estritamente ligado aos seus respectivos cursos concluídos, como sugere Santos (2000, p. 217-218), ao indicar que “[...] aos alunos formados nos cursos técnicos estava interdita a candidatura irrestrita ao curso superior, já que os seus egressos somente poderiam se inscrever nos exames vestibulares dos cursos que se relacionassem diretamente com os estudos realizados”.

A primeira LDB, por fim, surge em 1961, sem preocupações com o ensino profissional, e propõe alguns avanços, a exemplo do artigo 83, que oferece gratuidade sob certas circunstâncias para alguns ingressos do ensino superior, articulado com o artigo 168, Inciso II da Constituição, o qual determinava que “[...] o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos [...]” (Brasil, 1946, p. 1). Obviamente que essas benesses não chegariam para todos e nem o ensino superior teria tanto sucesso entre os pobres, pois, para estes, havia o Sistema S para devido acolhimento. Mesmo assim, A LDB de 1961 “[...] manifesta, pela primeira vez na história da educação brasileira, a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, permitindo com isso o ingresso em qualquer curso do ensino superior [...]” (Santos, 2000, p. 218-219).

Nessas bases encetadas pelo governo de Getúlio Vargas, o militarismo continuou as implantações de indústrias, fomentadas pelo capital estrangeiro (Souza; Silva, 1984), nem tanto por firme propósito do governo, mas por necessidade, afinal, o crescimento populacional demandava produtos para o consumo interno. Em razão disso, o sistema S e as escolas técnicas da rede federal apressavam-se para formar os trabalhadores, utilizando-se de cursos breves. Isto porque “as empresas passaram a exigir recursos humanos com melhor nível de educação e qualificação para o trabalho [...]”. (Souza; Silva, 1984, p. 150). Para tanto, o governo empenhava-se em oferecer incentivos fiscais para as empresas que investissem na formação profissional da população, por meio do Decreto Lei 6.297/75 (Brasil, 1975).

Ora, o que chegou sob a promessa de efemeridade, durou até 1985, quando apontou a redemocratização. Havia clamores por uma nova Carta Magna, cujo teor representasse melhor o povo brasileiro e o reposicionasse à realidade internacional. Destarte, em 05 de outubro de 1988, com significativas mudanças sociais e políticas, era promulgada a nova Constituição Brasileira. Jamais houvera de se afirmar que esta Carta Magna fora forjada à revelia dos brasileiros, pois houve intensos debates constitucionais com a sociedade (Silva, 1992) e as discordâncias entre os

¹O conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Fonte: Agência Senado

²Em 22 de janeiro de 1942, Getúlio Vargas, criou primeiro o SENAI, por meio do decreto nº 4.048/1942. No dia 10 de janeiro de 1946, Getúlio Vargas criou o SENAC, pelo decreto nº 8.621/1946.

protagonistas sociais da época desencadearam fervorosos debates também na área educacional, de acordo com circunstâncias descritas por Piletti (2002). Governos, empresários e trabalhadores buscavam, efetivamente, atender, não somente para os trabalhadores formais, mas aos informais, cujo caldo era engrossado com os semianalfabetos e uma parcela imensa de analfabetos. Entretanto, as alterações andavam longe do consenso geral.

Apesar de exaustivas discussões entre os três principais setores representantes da sociedade, mesmo a LDB/96 consagrar “um capítulo específico para a educação profissional” (Carneiro, 2003, p. 117), a reforma que abrangeria o ensino profissional esquivou-se de muitas das reivindicações da sociedade e

Como se pôde notar, a Reforma da Educação Profissional, regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97, pela Medida Provisória nº 1.549/97 e pela Portaria nº 646/97, legitimou um projeto de educação que se configurou na contramão dos projetos que vinham sendo discutidos entre os atores vinculados aos movimentos sindical e popular e ao fórum em defesa Escola pública (Manfredi, 2017, p. 93).

Posto que as portas das universidades continuem abertas para todos os egressos, tanto do ensino médio quanto do ensino profissionalizante, os currículos não são iguais e o conteúdo exigido nos exames para adentrar as universidades privilegiam muito mais os saberes do ensino médio em detrimento dos saberes do ensino profissionalizante.

3.1 ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA NA BAHIA

As motivações na Bahia para o ensino, também profissional, naquela época, partiam da extrema preocupação com os órfãos, os abandonados e os desvalidos. Como no restante do Brasil, a Bahia contou com relevante contribuição dos jesuítas e franciscanos para a formação de mão de obra. Não faltaram exemplos de benfeitores, a saber, um deles, Joaquim Francisco do Livramento, conhecido como irmão Joaquim, nascido em Desterro, atual Florianópolis, mudando-se para a então capital do Brasil, Salvador, em 1798. Acostumado a fundar hospitais e asilos no sul do país, logo compadeceu-se dos meninos pobres, sem educação e desocupados de Salvador.

Contando com o beneplácito do povo e do governo, em 1804, recolheu, na Capela de São José de Ribamar, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, cerca de 49 órfãos e desvalidos. Estes, por conseguinte, passaram a ter apoio, educação e trabalho. Nascia, assim, a Casa Pia ou Colégio do Órfãos de São Joaquim. Nas asseverações de Matta (1996, p. 36), “o homem livre e pobre deveria ser removido de uma situação que a elite definia como indolente, para tomar-se mão-de-obra. Especial combate seria dado à mendicância infantil, para evitar a proliferação de adultos vadios, no futuro”. O mesmo autor complementa que

É nesta data e local que o Irmão Joaquim instalou a Casa de Órfãos da Bahia, que passou a abrigar alguns meninos. Desde o início, a

preocupação com as crianças não era somente dar-lhes abrigo e alimento, mas também formação religiosa, alfabetizá-los e ensino de uma arte de ofício (Matta, 1996, p. 37).

Outra instituição que merece destaque na trajetória dos ensaios da educação profissional da Bahia diz respeito ao Abrigo dos Filhos do Povo. Erigido mediante influência da imprensa, o seu fundador, Raymundo Luiz dos Santos Frexeiras, soube bem usar o alcance deste reconhecido veículo de comunicação para sensibilizar as pessoas comuns e as ilustres. Envidou tantos esforços que despertou a atenção do excelentíssimo senador Ruy Barbosa, o qual chegou a visitar a instituição em 1920. Fundado no ano de 1918, precisamente no dia 31 de março, acontecera a assembleia com eleição da diretoria e aprovação do estatuto. Seus objetivos combinavam com os objetivos das demais partes do Brasil à época, que era o amparo dos desfavorecidos e, também, o atendimento às necessidades mais específicas da Bahia, tal como o oferecimento de uma educação profissional agrícola, conforme destaca Paciência (2019, p. 55, grifos no original):

2º secretário. Segundo os Estatutos, os objetivos do Abrigo dos Filhos do Povo eram: fundar escolas para crianças “desamparadas, filhas de pais indigentes, as que estiverem sob o domínio de pais, parentes outros, ou tutores mal intencionados que as pervertam ou as habilitem ao exercício de indústrias criminosas, e os filhos de associados”; fornecer alimentação, vestuário, calçados e material escolar, especialmente às órfãs e indigentes; afastar do convívio familiar crianças expostas ao “contágio dos hábitos viciosos e maus-tratos”, pretendendo encaminhar ao Congresso Nacional um pedido para aprovação de lei específica; impedir que as crianças “se entreguem à vadiagem ou a profissões desonestas e arruinadores da saúde”; exercer a tutela sobre crianças desamparadas até os 21 anos; oferecer educação profissional agrícola, manter um curso noturno para adultos com garantia de trabalho; fornecer assistência médica e farmacêutica, judiciária; promover conferências públicas; criar uma biblioteca; e promover um programa de melhoria moral e intelectual destinado aos associados.

Acerca da história do ensino agrícola na Bahia, tal conhecimento encontra respaldo na escrita de Machado (2013, p. 3), que descreve que “a história da educação profissional na Bahia [...] iniciou no século XVII com a criação da primeira Escola de Artilharia e Arquitetura, o que propiciou o início do ensino de ofícios”. Resguardadas as especificidades, a história da escola profissional da Bahia não teve motivações diferentes de todo o resto do território brasileiro nos primeiros tempos, uma vez que as dificuldades eram semelhantes. A base da economia era a agroindústria, totalmente dependente do sistema de monocultura da cana de açúcar e mão de obra escrava.

A mudança da Família Real para o Brasil, em 1808, representou um certo avanço, já declinando, por exemplo, alguns atos anteriormente proibitivos. Medidas importantes tomaram forma, dentre elas a organização do aparelho escolar estatal. Segundo Manfredi (2017, p. 47), “na Bahia, foram criadas as cadeiras de Cirurgia e

de Economia Política (1808); O curso de Agricultura (1812); o curso de Química (1817)". O interesse de D. João VI pelo curso de Agricultura revela-se nas descrições que fez das características alusivas ao tipo de profissional requerido para essa docência (Silva, 2017). A concretização só aconteceu com D. Pedro II, amparado pelo Decreto 2500-A. O referido Decreto informava, consoante com o explanado por Silva (2017, p. 27), que

O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) foi a primeira instituição de pesquisa, ensino e extensão na área de agropecuária na Bahia. Algumas das atribuições do IIBA eram: criar escolas agrícolas, promover a exposição de produtos agrícolas, criar tecnologias e realizar pesquisas voltadas para o desenvolvimento da produção agrícola e substituir a mão de obra na lavoura por máquinas e instrumentos apropriados.

Conquanto D. Pedro II tenha fundado o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), em 1875, o ensino oficial das ciências agrárias encetou apenas em 1877, com os cursos de engenharia agrônômica e medicina veterinária. Em 1881, a primeira escola agrícola, convenientemente localizada na região dos mais antigos canaviais, em São Bento das Lajes, próximo de Salvador, formou sua primeira turma de engenheiros agrônomos (Oliver; Figueirôa, 2006). O IIBA segue até 1904, quando cessa as suas atividades, já transformado em Instituto Bahiano de Agricultura (IBA).

Referente ao IBA, a regulamentação nacional do ensino agrícola só ocorreu com o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910 (Brasil, 1910), porém, em 1911, devido aos altos custos da manutenção de um centro de pesquisa, o IBA extinguiu as atividades. O governo federal assumiu o acervo, o qual retornou ao controle do governo da Bahia somente em 1920 e a atual São Francisco do Conde voltou a sediar o curso de agronomia como Escola Agrícola, para, em 1930, ser transferida para Salvador. No que concerne aos proveitos adquiridos pela Bahia nesse período, Baiardi (2012, p. 221) assim descreve:

Um balanço cobrindo o período de 1875 a 1911 – os 36 anos de maior atividade – indica que o IBA produziu um rico acervo de conhecimentos técnico-científicos, contribuindo para a expansão e consolidação no Recôncavo Baiano e adjacências das lavouras da cana-de-açúcar, do fumo, do café e do algodão – estas tipicamente de exportação – e as lavouras da mandioca e outros tubérculos e raízes, fruteiras, legumes diversos, bem como atividades de produção animal, voltadas majoritariamente para o mercado interno.

As mudanças sociais brasileiras sucediam-se de maneira inevitável. A mão de obra, por exemplo, passou a ser assalariada e, com isso, explodiu a necessidade de trabalhadores especializados. No entanto, a escola profissional brasileira oscilava entre o assistencialismo e a açodada necessidade de qualificação profissional de uma massa de trabalhadores. Neste contexto, na Bahia, por meio do Decreto nº 12.893, de fevereiro de 1918 (Brasil, 1918), tem-se a criação da Fazenda Modelo de Catu, objetivando o desenvolvimento do ensino agrícola e para fins assistencialistas.

Após a Escola Agrícola ter mudado o nome para Escola Agrônômica da Bahia, em 1944, fora transferida para o município de Cruz das Almas e, em Salvador, fora criado o Instituto de Química Agrícola e Tecnologia da Bahia, em 1945. Por causa da descoberta de petróleo na Bahia, este instituto foi transformado em Instituto de Tecnologia da Bahia, em 1948.

Pelo Decreto nº 21.913, de 08 de julho de 1970, o governo inaugura o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped), o qual nasce com a missão de “[...] gerar inovações tecnológicas por meio de desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e processos e prestar serviços tecnológicos utilizando a área de laboratórios básicos”. (Baiardi, 2012, p. 224). Esse centro foi profícuo para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na Bahia, tendo contribuído, também, para a tecnologia agroindustrial. Sua extinção ocorreu em 1999 e acomodaram os seus ativos na Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

Posto que as exigências sociais bradem por conhecimentos mais específicos na área que envolve o agronegócio, a educação profissional agrícola na Bahia segue com tentativas de atualização. Hodiernamente, a prática nos campos ainda possui uma estrutura bastante rudimentar.

4 DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA AOS INSTITUTOS FEDERAIS BAIANOS

Para fins de abreviamento, esta pesquisa, no momento, tratará dos CEFETs e IFs baianos, dando um salto no tempo. Desde as discussões entre os setores da sociedade acerca do destino da escola profissionalizante que o governo, por meio do Ministério da Educação e Cultura, já havia proposto uma reconfiguração do CEFET. Este passaria a fazer parte de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, envolvendo todas as escolas técnicas da área pública federal, estadual e municipal, além de englobar as instituições SENAI e SENAC. Os CEFETs estariam interligados às universidades, escolas do ensino de engenharia, escolas agrotécnicas e técnicas estaduais e municipais, SENAI, SENAC, e às instituições particulares que ministram o ensino técnico. Os cursos ofertados seriam de nível médio, superior e pós-graduação, bem como se ocuparia das assistências técnicas às unidades descentralizadas de segundo grau. Porém, a proposta não vingou. Dos CEFETs instituídos a partir do ano de 1978 e da sua criação só permaneceram o Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), o de Minas Gerais (CEFET-MG) e o do Paraná (CEFET-PR). Os demais foram transformados em IFs. Todos estes pretendiam mudar o nível para universidades, entretanto, só o CEFET-PR conseguiu transformar-se na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Quanto aos CEFETs do Rio de Janeiro e Minas Gerais, a Lei 11.892/2008 assim instituiu:

Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-

se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação (BRASIL, 2008, p. 1).

Nesta ocasião, a presente lei objetivava, precipuamente, criar os IFs com a incumbência de ofertar vagas de ensino profissional para a educação básica, profissional e superior, por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de modo similar à proposta inicial do Ministério da Educação (MEC). Como autarquias, esses institutos poderiam gerir seus próprios recursos, desde que atendessem a determinados requisitos da lei. Quantos aos IFs no Estado da Bahia, dois foram criados: o Instituto Federal da Bahia, que era o antigo CEFET, e o Instituto Federal Bahiano (IFB), que passou a integrar algumas escolas agrotécnicas federais.

A mesma lei tanto criou os intitutos federais quanto assinalou suas localizações subordinadas às necessidades vistas pelo próprio governo. Para o Estado da Bahia, ficaram definidas duas unidades, sendo que uma delas foi o IFB, incorporando as Escolas Agrotécnicas Federais de Senhor do Bonfim, Catu, Guanambi (Antonio José Teixeira) e Santa Inês, de acordo com os termos da Lei nº 11.892/2008, no art. 5º e Inc. VI. Em 2010, inauguraram duas unidades nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. Passados poucos anos, as Escolas Médias de Agropecuária Regional - EMARCs - de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença, criadas a partir de 1965, e sustentadas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), agora absorvidas pelo IFB, passaram a ter ligação com o MEC, conforme determina o Decreto 7.952, de 12 de março de 2013, em seu art. 1º: “as Escolas Médias de Agropecuária Regional - EMARCs ficam vinculadas ao Ministério da Educação” (Brasil, 2013, p. 1).

4.1 CENTROS ESTADUAIS E CENTROS TERRITORIAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DA BAHIA

Até este momento, o intento foi evidenciar o desenvolvimento tanto da escola profissional brasileira quanto da escola profissional agrícola na Bahia. Demonstrar a sua evolução de profissional para tecnológica, com o advento da tecnologia, além de arrazoar sobre a transformação gradual dos CEFET's e IFss, tornando patente suas tênues similaridades e diferenças.

Agora, o entendimento volta-se para os Centros Territoriais e Centros Estaduais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Criados em consonância com a Lei nº 9.394/96, a LDB (Brasil, 1996), especificamente os artigos 39 a 41, esses centros de educação objetivam atender tanto a educação de jovens e adultos com escolaridade descontínua e não concluintes com êxito do ensino fundamental quanto a educação a distância (EAD), sendo que a EAD aqui ofertada engloba os cursos técnicos públicos e gratuitos de ensino médio e educação de jovens e adultos.

Com a segunda maior Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo, a Bahia distribui, por seus municípios, 33 Centros Territoriais de Educação Profissional, 38 Centros Estaduais de Educação Profissional, 22 anexos de Centros de Educação Profissional, além de 92 escolas de

Ensino Médio que também ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica, abrangendo 121 municípios dos 27 territórios de identidade³. Neste recente sistema organizacional, o município de Ilhéus agora está inserido no Litoral Sul - 05, conhecido, também, como Núcleo Regional de Educação (NRE), com sede na contígua cidade de Itabuna. O NRE-05 também encabeça seus municípios de Jurisdição, a saber: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

A criação dos Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional, por meio do Decreto nº 11.355/2008 e Decreto nº 12.354/2010, vem amparada pela Resolução nº 015 do Conselho Estadual de Educação (CEE) (Bahia, 2001), que orienta acerca da organização curricular, diferindo esta do currículo do ensino médio, especifica seu público alvo e estabelece objetivos, consoante com o artigo 1º e respectivos incisos e o artigo 2º:

Art. 1º - São objetivos da Educação Profissional de Nível Técnico: I. promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos, valores e habilidades gerais e específicas para o exercício da vida produtiva e social; II. proporcionar a formação de profissionais com escolaridade correspondente ao nível médio, aptos a exercerem atividades gerais e específicas no trabalho; III. especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos. 2 Art. 2º - A Educação Profissional de Nível Técnico destina-se à habilitação profissional de alunos matriculados ou egressos do ensino médio (Bahia, 2001, p. 1).

Todas essas transformações não se deram ao acaso, mas devido a imperiosas necessidades de propulsionar a região cacauieira e de realinhar cada região com suas fortes tendências produtivas.

5 IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS, BAHIA

O prestimoso Colégio Estadual de Ilhéus colabora com a formação profissional, desde sua fundação, em 1969, com sede fixa no bairro Malhado, local onde, na época, já funcionava como Ginásio Estadual de Ilhéus. Isto posto, constata-se que, desde a sua gênese, teve a vocação direcionada para o preparo profissional, conforme destaca a sua historicidade em seu Projeto Político Pedagógico (PPP):

O Colégio Estadual de Ilhéus teve como primeiro diretor, o professor José Raimundo Sales de Oliveira e iniciou as suas atividades com os cursos de 1º grau, ensino fundamental, de 5ª a 8ª série e de 2º Grau,

³Território de Identidade é o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

secundário com os cursos profissionalizantes de habilitação em Administração e Secretariado a partir da LDBEN 5.692 de 11 de agosto de 1971, sendo que, o curso de secretariado fora extinto em 1975. A partir de 1988, na gestão da professora Silvia Carmem Barral de Almeida, foi criado o curso de Magistério e extinto o 3º ano em 2002 e o 4º ano em 2004; o curso de Administração foi o grande carro-chefe do Colégio, permanecendo desde a implantação em 1971 até o ano de 1998, na direção da professora Gilvanete Pereira Santos, quando fora também extinto com a reforma da educação e com a chegada do Ensino Médio, o curso de Formação Geral (Bahia, 2020, p. 1).

Transformado, no ano de 2009, em Centro Estadual de Educação Profissional em Logística, Transporte e Produção Industrial, cômsona, principalmente, com os ditames da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e do Decreto nº 11.355, de 04 de dezembro de 2008 (Bahia, 2008), este próspero colégio resgata sua antiga vocação, com novas perspectivas, objetivando atender as atuais demandas regionais.

Convergindo suas metas para a formação de profissionais dispostos para o trabalho, a ciência e a tecnologia, o CEEP Logística iniciou suas atividades com uma matriz curricular alicerçada na BNCC, com vistas ao preparo humano e da cidadania, portanto, inclusas as áreas de conhecimento Linguagens, Ciências Exatas e Naturais e Ciências Humanas. Há, também, currículos técnicos de conteúdo específico (FTE) para cada curso profissional e, ainda, disciplinas que concorrem para a formação técnica geral (FTG), as quais favorecem o entendimento e atuação no mundo do trabalho, cumprindo o artigo 2º da LDB, o qual conceitua a educação como dever da família e do Estado e que “[...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, p. 1).

O seu primeiro ano letivo inaugurou em 2010, com três cursos, a saber: Técnico em Logística, Técnico em Eletromecânica e Guia de Turismo, sendo que este posteriormente passou a denominar-se Técnico em Guia de Turismo.

No ano de 2017, o colégio recebe novo nome, passando a se chamar Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun, ou CEEP do Chocolate Nelson Schaun (Figura 1). Atento ao potencial turístico e industrial de Ilhéus e região, o colégio busca atender as demandas deste mercado, inovando e sempre atualizando os cursos oferecidos com vistas a assegurar que as políticas públicas se convertam em benefícios para a sociedade.

Figura 1: CEEP do Chocolate Nelson Schaub



Fonte: dados da pesquisa (2021).

O CEEP do Chocolate possui, atualmente, 1.737 alunos(as) matriculados(as) nos três turnos, de acordo com informações dispostas na Tabela 1, a seguir. Imbuído em sua fausta missão, segue qualificando mão-de-obra, oferecendo seis cursos distribuídos em diversos eixos temáticos, quais sejam: Técnico em Guia de Turismo, Técnico em Hospedagem, Técnico em Logística, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Agroindústria, Técnico em Análises Clínicas e Técnico em Teatro, sendo esses agrupados em três modalidades distintas: Educação Profissional Integrada (EPI), o Sistema Modular Integrado e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Tabela 1: Mapa de Classes Período Letivo: 2021/2021-2S - NTE 05

Turnos	Número de alunos	%
Matutino	818	47,09
Vespertino	520	29,94
Noturno	399	22,97
Total de alunos	1.737	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Notas: atualizado em 05/11/2021. Informações internas. CEEP do Chocolate Nelson Schaub

O perfil dos discentes matriculados nesta instituição revela a procura por uma profissão, melhoria das condições econômicas, além do desejo de exercer a cidadania em sua comunidade. À vista disto, as metas do colégio alinharam-se a esse perfil, consoante com o objetivo geral, verificado em seu PPP:

Promover o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, das competências profissionais tecnológicas, a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, com incentivo à produção, à inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, compreendendo e avaliando os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias (Bahia, 2020, p. 1).

No tocante à habilitação profissional em Técnico de Agroindústria, esta aparece vinculada ao Eixo Tecnológico de Produção Alimentícia, cuja ementa (Tabela 2) encerra um conteúdo orientado para a formação das variadas funções do ramo, inclusive as relacionadas à pesquisa e fomentação de diversificadas lavouras, principalmente a cacaueteira, ou seja:

O Técnico em Agroindústria é o profissional que tem como funções: atuar na administração de empresas rurais; lidar com planejamento, assessoria e gerenciamento agropecuário; trabalhar na comercialização e processamento de alimentos de origem animal e vegetal; trabalhar na sanitização da produção agroindustrial, entre outras atribuições. Pode atuar em indústrias de alimentos, órgãos de pesquisa, associações e cooperativas, gerenciando a elaboração, interpretação, execução e avaliação de projetos agroindustriais; gerenciando e realizando atividades do processamento de produtos agropecuários, desde a aquisição da matéria prima até a elaboração do produto agroindustrial, inclusive com controle da qualidade e aplicação das normas vigentes na produção, além de atuar em atividades de extensão, associativismo, pesquisa e assistência técnica (Bahia, 2020, p. 1).

Tabela 2: Ementa do Curso Técnico de Agroindústria de 2018

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SUPROT	
Ementa – Técnico em Agroindústria 2018.2	
<i>Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia</i>	
<i>Curso: Técnico em Agroindústria</i>	
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
<i>Gestão Agroindustrial: Qualidade, Produção e Logística</i>	80
<i>Impactos Ambientais: Gerenciamento e Tratamento de Resíduos Agroindustriais</i>	80
<i>Introdução à Agroindústria</i>	80

<i>Bioquímica dos alimentos</i>	120
<i>Higiene na Indústria de Alimentos</i>	80
<i>Microbiologia de Alimentos</i>	80
<i>Instalações e Equipamentos</i>	60
<i>Embalagens e Aditivos</i>	120
<i>Nutrição Humana e Animal</i>	80
<i>Obtenção e Processamento de Produtos de Origem Animal</i>	80
<i>Obtenção e Processamento de Produtos de Origem Vegetal</i>	80
<i>Desenvolvimento de Novos Produtos e Marketing</i>	80
TOTAL	1.020 horas

Fonte: Bahia – SUPROT (2018) e parte de dados da pesquisa (2021).

O Curso Técnico de Agroindústria teve sua gênese em 2018, a partir de uma parceria do Banco Itaú com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), porém já funcionava desde 2017. O incentivo à produção de gêneros alimentícios, a partir do desempenho dos discentes deste curso, rendeu exposição dos fábriacos (Figura 2) em eventos internos.

Figura 2: Reusaê - Evento realizado para exposição dos produtos elaborados pelos alunos



Fonte: arquivo do CEEP do Chocolate Nelson Schaun (2019)

Hodiernamente, o curso Técnico de Agroindústria tem 266 alunos(as) distribuídos em turmas pelos três turnos, instruídos por uma equipe de professores com formação técnica específica, consoante com a Tabela 3.

Tabela 3: Quantidade de turmas e Professores que lecionam no Curso Técnico de Agroindústria, CEEP do Chocolate Nelson Schaun. 2021/2021-2S

Turnos	Distribuição das turmas (%)	Nº de Professores (%)	Nº de alunos (%)
Matutino	5 (45,45%)	31 (40,26%)	153 (57,52%)
Vespertino	3 (27,27%)	27 (35,06%)	91 (34,21%)
Noturno	3 (27,27%)	19 (24,68%)	22 (8,27%)
Total	11 (100%)	77 (100%)	266 (100%)

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Notas: Cfe. horário interno da distribuição de aulas do segundo semestre de 2021.

Outro acontecimento relevante vem do governo do Estado da Bahia, por meio da parceria entre a Secretaria da Educação do Estado e o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), que criou o projeto da implantação de 30 Escritórios Criativos nos Centros de Educação Profissional e Tecnológica (EPTC). Tal proposta visa a integração dos cursos da EPT nos 27 territórios de identidade da Bahia. Um sistema de informações proverá o amparo acerca de profissionais especializados das universidades e, desta maneira, um amplo serviço de consultoria e assessoria franqueará o auxílio na busca de melhores soluções no que tange às demandas que, porventura, surgirem por parte dos educandos, pequenos agricultores e empreendedores da região. Cada localidade será atendida de acordo com suas especificidades, tais como sociedade, economia, cultura e o meio ambiente de cada região. Tal projeto, incentivando os arranjos produtivos locais e territoriais, deve culminar, dentro de cada escritório, na criação de empresas junior, que comporão a Rede Baiana de Empresas Júnior.

Nos escritórios criativos, os conhecimentos são sistematizados e ocorre a constante troca de informações, bem como a coadunação entre projetos estruturantes gestados nos diversos Centros Educacionais. Todas essas ações visam benfeitorias para a sociedade e economia locais, além da alavancagem de seus demais territórios de identidade. Os projetos estruturantes ativos no CEEP Nelson Schaun distribuem-se segundo os seus cursos, a saber: Produtora Cultural, Práticas Logísticas, Eletromecânica, Fábrica Escola do Chocolate, Agência de Turismo.

Vivificando os projetos estruturantes, em 17 de julho de 2018, o Governo do Estado da Bahia inaugurou, na vasta área do CEEP do Chocolate Nelson Schaun, a Fábrica-Escola do Chocolate Deíze Silva Santana (Figura 3), nome dado em homenagem à ex-diretora deste Centro Educacional. O espaço serve de laboratório para os educandos dos cursos técnicos de nível médio, além de promover a vinculação da formação do ensino médio com o ensino técnico. Enquanto instiga os educandos ao incremento de projetos, pesquisas, intervenções sociais e aperfeiçoa a formação profissional, concomitantemente oportuniza os mesmos à inferência das

fórmulas, conteúdos, transformações e processamentos, além da verificação da aplicabilidade dos conceitos ensinados em aulas teóricas.

Figura 3: Fábrica da Escola do Chocolate Deíze Silva Santana



Fonte: dados da pesquisa (2021).

O foco desta “fábrica” está em cunhar, no espírito aprendiz dos educandos, o conhecimento de toda cadeia produtiva, ou seja, a partir da plantação do fruto do cacau, apreender sobre o cultivo, até sua produção e venda. O atrativo deriva do escrutínio de sementes selecionadas com vistas à produção de um chocolate que alcance nota de qualidade, aroma e sabor, a fim de conquistar mercados globais. Caso aconteça a comercialização dos produtos dessas fábricas-escolas, a mesma será amparada pelo jurídico, de forma legal e sem fins lucrativos. Também o Escritório Criativo Territorial cuida no sentido de proteger as inovações, criações, marcas e patentes de estudantes, professores e comunidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Educação Profissional no Brasil e na Bahia apresentam diversos pontos de similaridades, afinal, Salvador foi a primeira capital do Brasil. Algumas semelhanças são evidenciadas neste momento: a primeira se nota na marcante presença dos padres jesuítas e franciscanos que, por uma premente necessidade, iniciaram o ensino profissional informal. Isto posto, admite-se que a alavanca que moveu inicialmente a educação profissional não foi a preocupação com a escolaridade do trabalhador, mas com a caridade e a necessidade de urgente mão de obra. A segunda concerne aos avanços auferidos com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, pois, à medida em que o Brasil se beneficiava com diversos empreendimentos, a Bahia desfrutava, concomitantemente, da organização de seu aparelho escolar estatal e da inauguração de seu curso de Agricultura. Afinal, a

agroindústria era a base econômica do Brasil e da Bahia. Por essa razão, o curso de agricultura foi, então, implantado na Bahia, ainda que só tenha recebido o amparo por lei com o IIBA, em 1875.

A República trouxe profundas mudanças para o Brasil, mormente, a chegada, da Europa, de mão de obra assalariada e a revelação do atraso nos estudos dos trabalhadores desta nação. Em solo baiano, a Fazenda Modelo de Catu buscou desenvolver, inclusive, a agricultura. Tal empreendimento oscilava, igualmente ao Brasil, entre o assistencialismo e a qualificação profissional de seus trabalhadores sem instrução.

Infere-se, pois, que a educação profissional, tanto no país quanto no Estado da Bahia, desenvolvia-se sempre em atraso. À frente, iam as transformações sofridas pela sociedade, depois a educação profissional se ajustava à nova realidade.

Dos CEFETs aos IFs, a Bahia transitou por sucessivos investimentos com vistas ao engendramento e desenvolvimento de tecnologias de ponta, em contínua tentativa de montar uma rede que culminasse no ensino superior. Contudo, há pouco tempo, mudou a estratégia e, a fim de vencer o vasto território baiano, passou a atuar com educação a distância. Objetivando atrair os jovens e adultos de baixa e descontínua escolaridade, o governo criou Centros Territoriais e Centros Estaduais de Educação Profissional, o que serve tanto como propulsão às fortes tendências produtivas de cada região baiana quanto de incentivo à fixação do jovem ao campo.

Neste projeto baiano ficou esquecida a meta de evolução para o ensino superior, ligados aos desejos nacionais mais recentes de 2008, cujos intentos eram de desenvolver novas tecnologias. Sem embargo dos esforços, a maior parte do ancho campo baiano, até este momento, ainda continua com uma estrutura agrícola arcaica.

Acerca da implantação do CEEP do Chocolate Nelson Schaun, este incorpora a meta de fomentar o potencial turístico, industrial e de produção agrícola em Ilhéus e região. Após a chegada de vários cursos, inaugurou-se o Curso Técnico em Agroindústria, ligado ao Eixo Tecnológico de Produção Alimentícia. Os discentes atraídos para este curso objetivam uma profissão, podendo usufruir de um centro de ensino que oferece a oportunidade de inovar conhecimentos e tecnologias. Similarmente, propicia o estímulo às diversas lavouras e a produção de vários gêneros alimentícios.

Os Escritórios Criativos, além de concatenarem os cursos da EPT da Bahia, proporcionam consultoria e assessoria, disponibilizam conhecimentos tanto dos pequenos agricultores quanto dos empreendedores da região, onde os discentes contam, inclusive, com a orientação de profissionais das universidades. Ademais, outra inovação diz respeito às empresas júnior, as quais constituirão a Rede Baiana de Empresas Júnior.

A coordenação dos projetos estruturantes pelos Escritórios Criativos facultou ao CEEP do Chocolate Nelson Schaun desenvolver seus próprios projetos, a saber: Produtora Cultural, Práticas Logísticas, Eletromecânica, Fábrica Escola do Chocolate, Agência de Turismo.

Este centro de ensino se torna ímpar, pois possui, em seu espaço educacional, uma indústria de chocolate, a Fábrica-Escola do Chocolate Deíze Silva Santana. Tal ousado empreendimento possibilita aos discentes arraigados

conhecimentos da cadeia produtiva do cacau e a prática da produção do chocolate. Essa maneira de educar introjeta conhecimento mais duradouro do que só o efetuado na tradicional sala de aula. Essa forma de ensino e aprendizagem supera a atração exercida pela internet sobre o alunado. O envolvimento do aprendiz é satisfatório, à medida em que todos se sentem responsáveis e coautores das inovações, criações, marcas e patentes.

A possibilidade de conquistar mercados externos com novas notas de qualidade, aroma e sabor do chocolate representa excelente atratividade para os discentes. Também o investimento na produção de outros gêneros alimentícios constitui um diferencial. Ora, com todas essas apostas no CEEP do Chocolate Nelson Schaun, entre tantas propícias vantagens, espera-se que incidam na redução da evasão escolar e no interesse dos educandos pelo aprendizado, aumentando os índices de notas.

REFERÊNCIAS

AVELLAR, Hélio de Alcântara; AVELLAR, Jardro de Alcântara. **História do Brasil (estudos iniciais)**. [S.l.: s.n.], p. 170-176, 1968.

BAHIA. **Decreto nº 11.355 de 04 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75464/decreto-11355-08>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Centro Estadual de Educação Profissional do Chocolate Nelson Schaun. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. Ilhéus: CEEP do Chocolate Nelson Schaun, 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Resolução CEE - nº 015/2001**. Fixa normas complementares para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema Estadual de Ensino - Bahia e dá outras providências. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_015_2001.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BAIARDI, Amílcar. **História da pesquisa e desenvolvimento na Bahia**: vicissitudes e conquistas. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, v. 11, n. 1, p. 219-232, janeiro/junho 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317354072_Historia_da_Pesquisa_e_Desevolvimento_na_Bahia_vicissitudes_e_conquistas. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 2.500A**, 1º de novembro de 1859. Cria o imperial instituto bahiano de agricultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2500-a-1-novembro-1859-557790-publicacaooriginal-78455-pe.html>. Acesso em: 26 julho 2024.

BRASIL (1824). **Constituição Política do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro. Capítulo III, Título 8º, art. 179, Inc. XXXII e XXXIII. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm . Acesso em: 28 de julho de 2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Rio de Janeiro. Título I, seção I, cap. IV, art. 35, parágrafos 2º, 3º e 4º; e Título IV, seção II, art. 72, inc. 6º. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 07 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 03 de agosto de 2024

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910**. Crêa o Ensino Agronomico e aprova o respectivo regulamento. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918**. Autoriza o Ministro da Agricultura a crear patronatos agricolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**.

Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890impressao.htm. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975**.

Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6297.htm. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.952, de 12 de março de 2013.** Dispõe sobre a vinculação das Escolas Médias de Agropecuária Regional ao Ministério da Educação. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1034328/decreto-7952-13>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e deu outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo.** 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2020.

MACHADO, Mácio Nunes; NEVES NETO, Osias Hermes das. Políticas públicas para educação profissional no Estado da Bahia: desafios e perspectivas *In: Colóquio Nacional: a produção do conhecimento em educação profissional*, 2., 2013, Natal.

Anais [...]. Natal: IFRN, 2013, p.10. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo1/M%E2%80%A0cio%20Nunes%20Machado.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenário ao longo da história.** Jundiá: Paco, 2017. *E-book.* (Acesso restrito).

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado.** 1996. 228 f., il. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Disponível em:

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1996._matta_alfredo_eurico_rodrigues._casa_pia_colégio_de_orfaos_de_sao_joaquim._de_recolhido_a_assalariado.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

MOREIRA, J. Roberto. **Educação e desenvolvimento no Brasil.** 12ª publicação. Rio de Janeiro: Gráfica, p. 37-38, 1960.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 104-115, jul/dez, 2006. Disponível em:

https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=111. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

PACIÊNCIA, Renilson Miranda. **O Abrigo dos Filhos do Povo: entre os labirintos do arquivo e da sala de aula.** 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador-BA, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572512/2/Abrigo%20dos%20Filhos%20do%20Povo%20entre%20labirintos%20do%20arquivo%20e%20da%20sala%20e%20aula%20versao%20final%20profhistoria11.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 3ª impressão. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 14ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 154-157, 1991.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira. Stephanou, Maria; Bastos, Maria Helena Camara (org). **Histórias e memórias da educação no Brasil: séculos XV-XVI**. V.1, 2014, 2ª reimpressão, 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

SANTOS, Jailson Alves dos. **A trajetória da educação profissional**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, et al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Estácio Moreira da. **Trajetoária histórica e memória da educação profissional em agropecuária no Brasil/Bahia: aproximações e diferenças com Cuba**. 2017. 209 f., il. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Tese-Est%C3%A1cio-Moreira-Da-Silva.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império, República**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, p. 112-114, p. 325-326, 1992.

SILVA, Eurides Brito da; SOUZA, Paulo Nathanael P. de (coord.). **Educação: Escola-trabalho**. In: **A Educação no Brasil**. COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. [s.n.]. São Paulo: Pioneira, p. 150, 1984.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.